

OPINIÃO



Georges de Moura Ferreira

Primavera Árabe e outono europeu

A Primavera Árabe, como se tornou conhecida a eclosão de eventos que há pouco mais de um ano e meio vem levando à mudança de governos em diversos países de população predominantemente árabe, tem chamado a atenção e a simpatia da mídia internacional, que credita a esses movimentos um cunho democrático.

Entretanto, os apelidos "Primavera Árabe", "Revolução dos Povos" e outros jargões deixam de mostrar que a explicação do fenômeno não é tão simples assim. Os árabes nesse caso (com sua maioria ativa engajada em causas e movimentos religiosos com fins políticos) não objetivam e não querem uma democracia, mas sim, uma união muçulmana, e a exemplo da Irmandade Muçulmana do Egito, lutam essencialmente contra a secularização das nações islâmicas.

Trata-se para esses povos de uma causa antiga, que vem desde a criação do Império Turco Otomano em meados do século 16, toma corpo com a queda deste no final da Primeira Guerra Mundial em 1918, passando pela criação de Israel pela Organização das Nações Unidas em 1948, e se estende até os dias atuais, com inúmeras fases, que envolveram desde a guerra convencional (Liga Árabe x Israel, de 1948 até meados dos anos 1980, passando pela tática de guerrilha e terrorismo não só contra o Estado judeu, mas contra todos os Estados laicos do Norte da África, Oriente Médio, Península Arábica, etc.). Tal causa hoje culmina na conclusão fantástica de seus líderes: é preciso fazer primeiro o dever da casa!

Ora, como os movimentos políticos muçulmanos não foram capazes de destruir Israel (símbolo máximo da democracia na região, junto com a Turquia), tanto pelos meios militares consagrados quanto pelos não convencionais, passaram há menos de dois anos a se organizar dentro de seus próprios territórios, promovendo revoltas contra líderes considerados ocidentalizados, para então, por meio da democracia, implantar repúblicas teocráticas. Tal fato será a consolidação de um modelo, e de um ensaio, para o que acontecerá em seguida na Europa.

A Europa, por sua vez, dentro do discurso politicamente correto, vê com simpatia a mobilização nesses países mediterrâneos, creditando que isso apenas acontece por causa dos novos meios de comunicação, como a internet. Contudo, enquanto os europeus esquecem que a internet em si não é um fim, mas apenas um meio, parecem

não perceber o sutil movimento de pinça ao qual já foram submetidos: hoje na Europa os mais pobres são em sua quase totalidade de origem árabe muçulmana, que, ao contrário da classe média local, têm vários filhos, subsidiados pelos governos europeus, ao mesmo tempo em que os mais ricos hoje no velho continente também são de origem árabe muçulmana. Ou seja, a base e o topo já foram tomados. O que está no meio, pouco importa.

Os europeus, racionais e sentimentais, não sabem lidar com essa "ginga árabe" e como estão inseridos no contexto, não percebem o fenômeno, pois são cozinhados em fogo brando, e quando perceberem, já terão passado do ponto.

A Europa ficou muito rica ao longo dos tempos, acumulou muito dinheiro que deveria ter sido usado para trabalhar seus interesses em outros locais (como no terceiro mundo, que poderia ter se desenvolvido melhor e redistribuído tal riqueza, mas agora é tarde), pois um meio circulante que não é gasto serve apenas para atrair quem queira tomá-lo. E hoje, a alta classe árabe europeia, acostumada ao luxo e a ser paparicada, está mais rica que seus adúladores, o que a torna imune às tentações mundanas de precisar, em algum momento, negociar mentes ou opiniões.

Quanto a nós, brasileiros, que vivemos em uma república democrática que há pouco comemorou seus 123 anos de proclamação, nos toca observar os deslindes desses acontecimentos na Europa e em seus vizinhos da bacia mediterrânea, aprender com suas lições, e colocar em prática o poder nacional e soberano de discutir e aplicar uma política nacional e internacional adequada aos interesses de uma nação que deseja ser líder em um ambiente globalizado, diversificado tanto em oportunidades, quanto em perigos e desafios.

Georges de Moura Ferreira é advogado, professor de Direito Internacional Público da PUC-GO, conselheiro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra